

**TEMA IV Cód. 698 - OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
NO SANEAMENTO, A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO SOCIAL NA BAIXADA
FLUMINENSE DO RIO DE JANEIRO: ÊXITOS E DESAFIOS**

Priscila Godoi Sia⁽¹⁾

Assistente Social pela Escola de Serviço Social UFRJ. Coordenadora da equipe de Trabalho Social da CEDAE-RJ. Pós-graduada em Instrumentalidade em Serviço Social pela FAVENI.

Paula Soares Canellas⁽²⁾

Assistente Social pela Faculdade de Serviço Social UERJ. Membro da equipe de Trabalho Social da CEDAE-RJ. Pós-graduada em Saúde Pública pela UCL. Mestre em Educação Profissional em Saúde pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/ FIOCRUZ.

Érica Ferreira Peçanha Nunes⁽³⁾

Assistente Social pela Faculdade de Serviço Social UFF. Membro da equipe de Trabalho Social da CEDAE-RJ. Pós-graduada em Direito e Saúde pela ENSP/Fiocruz.

Sabrina Lourenço Medeiros⁽⁴⁾

Assistente Social pela Escola de Serviço Social PUC-RJ. Membro da equipe de Trabalho Social da CEDAE-RJ. Mestre em Serviço Social pela PUC-RJ.

Mirian Pereira Miranda⁽⁵⁾

Assistente Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Castelo Branco. Membro da equipe de Trabalho Social da CEDAE-RJ.

Endereço⁽¹⁾: Avenida Presidente Vargas, 2655 - Cidade Nova Rio de Janeiro - RJ - CEP. 20210-030 - Brasil - Tel: (21) 3938-3648 - e-mail: psia@cedae.com.br

Endereço⁽²⁾: Avenida Presidente Vargas, 2655 - Cidade Nova Rio de Janeiro - RJ - CEP. 20210-030 - Brasil - Tel: (21) 3938-3648 - e-mail: canellaspaula@gmail.com

Endereço⁽³⁾: Avenida Presidente Vargas, 2655 - Cidade Nova Rio de Janeiro - RJ - CEP. 20210-030 - Brasil - Tel: (21) 3938-3648 - e-mail: ericamulher@hotmail.com

Endereço⁽⁴⁾: Avenida Presidente Vargas, 2655 - Cidade Nova Rio de Janeiro - RJ - CEP. 20210-030 - Brasil - Tel: (21) 3938-3648 - e-mail: sabrinalourenco@yahoo.com.br

Endereço⁽⁵⁾: Avenida Presidente Vargas, 2655 - Cidade Nova Rio de Janeiro - RJ - CEP. 20210-030 - Brasil - Tel: (21) 3938-3648 - e-mail: mirian.ssocial@hotmail.com.br

RESUMO

A Normativa 21/ 2014, do Ministério das Cidades, exige a existência de Trabalho Social em intervenções de habitação e saneamento objeto de operações de repasse ou financiamento firmadas com o setor público. Diante deste fato, se apresenta a atuação da equipe de Trabalho Social de uma empresa de saneamento do estado do Rio de Janeiro, especificamente na Baixada Fluminense, a partir de Programa de Desenvolvimento Socioterritorial pautado nos objetivos: promover autonomia e protagonismo, fomentar o exercício do controle social e fortalecimento de comunidades. O Programa ainda se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável elencados pelo Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). Através da sistematização das ações já executadas pelo Programa de Desenvolvimento Socioterritorial (atividades socioeducativas de meio ambiente, gestão de impactos, desenvolvimento socioterritorial, além de educação de jovens e adultos etc.), busca-se observar a análise crítica de sua efetividade no território impactado durante o ano de 2022, bem como sua capacidade de adaptação ou replicabilidade para atuação em outros territórios.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho Social, Saneamento Básico, Meio Ambiente, Pacto Global, Baixada Fluminense.

INTRODUÇÃO

A proposta de artigo a ser apresentado no 32º Congresso da ABES é referente ao trabalho desenvolvido pela equipe de Trabalho Social de uma empresa pública de saneamento básico do Rio de Janeiro. A equipe é composta de seis Assistentes Sociais e duas Técnicas Sociais. Essa equipe realiza ações socioambientais, desde 2015, no território da Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro.

O Trabalho Social na referida empresa se consolidou com a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado na primeira década de 2000, com grande impacto na infraestrutura urbana do País. A regulamentação do Trabalho Social foi traçada pelo Ministério das Cidades¹, na qual foram determinadas diretrizes para o desenvolvimento de um Projeto de Trabalho Social (PTS) concomitante à implantação das obras de habitação e saneamento básico. As orientações se referem à remodelagem do Caderno de Orientação do Trabalho Social de 2013 (COTS)², tendo recebido avanços posteriores nas Portarias: 21 de 2014, e 464 de 2018.

Conforme Portaria 464/2018:

Art. 1º Esta Portaria estabelece as normas e orientações para elaboração, contratação e execução do Trabalho Social dos Programas e Ações do ministério das Cidades, incluindo: as intervenções de habitação e saneamento objeto de operações de repasse ou financiamento firmadas com o setor público; as intervenções de habitação objetos de operações de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos; as operações inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dos demais programas que envolvam o deslocamento involuntário de famílias, e os empreendimentos executados no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em todas as suas modalidades. (MINISTÉRIO DAS CIDADES:2018)

Em 2014, a empresa lançou o “Programa de Abastecimento de Água para Baixada Fluminense³”, sob financiamento do PAC II, iniciando as intervenções em 2015. O Trabalho Social atuou efetivamente nas etapas do pré ao pós-obras, nos municípios das intervenções: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Nilópolis, Mesquita, São João de Meriti e Queimados.

As ações realizadas pela equipe seguiram as diretrizes elencadas pela normatização da Portaria nº21/2014, cujos eixos norteadores são:

¹ Na gestão do governo presidencial de Jair Bolsonaro (2019-2022) a pasta do Ministério das Cidades, migrou para o Ministério do Desenvolvimento Regional, entretanto, na atual gestão presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (2023), de acordo com a Medida Provisória 1.154 (MP 1.154), é feita a recomposição do Ministério das Cidades, apresentando as competências: Art. 20. Constituem áreas de competência do Ministério das Cidades: I - política de desenvolvimento urbano e ordenamento do território urbano; II - políticas setoriais de habitação, de saneamento ambiental, de mobilidade e trânsito urbano, incluídas as políticas para os pequenos Municípios e a zona rural; III - promoção de ações e programas de urbanização, de habitação e de saneamento básico e ambiental, incluída a zona rural, de transporte urbano, de trânsito e de desenvolvimento urbano; IV - política de financiamento e subsídio à habitação popular, de saneamento e de mobilidade urbana; V - planejamento, regulação, normatização e gestão da aplicação de recursos em políticas de desenvolvimento urbano, urbanização, habitação e saneamento básico e ambiental, incluídos a zona rural, a mobilidade e o trânsito urbanos; e VI - participação na formulação das diretrizes gerais para conservação dos sistemas urbanos de água e para adoção de bacias hidrográficas como unidades básicas do planejamento e da gestão do saneamento. (BRASIL, 2023)

² O Caderno de Orientação Técnico Social (COTS) tem a finalidade de apoiar as equipes técnicas dos Estados, Distrito Federal, Municípios, Entidades Organizadoras no desenvolvimento do Trabalho Técnico Social (TTS) nos Programas sob gestão do Ministério das Cidades operacionalizados pela Caixa.

³ O Programa de Abastecimento de Água para Baixada Fluminense tem como objetivo aumentar a capacidade e reorganizar o abastecimento de água da Baixada Fluminense, a empresa executora estruturou uma operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 3,4 bilhões. Estes recursos estão sendo investidos na ampliação e modernização dos sistemas de produção, adução, reservação e distribuição de água dos municípios da região.

- 1. Mobilização, organização e fortalecimento social** – Prevê processos de informação, mobilização, organização e capacitação da população beneficiária visando promover a autonomia e protagonismo social, bem como o fortalecimento das organizações existentes no território, a constituição e a formalização de novas representações e novos canais de participação e controle social.
- 2 - Acompanhamento e gestão social da intervenção** – visa promover a gestão das ações sociais necessárias para a consecução da intervenção, incluindo o acompanhamento, a negociação e interferências ocorridas ao longo da sua execução, bem como, preparar e acompanhar a comunidade para compreensão desta, de modo a minimizar os aspectos negativos vivenciados pelos beneficiários e evidenciar os ganhos ocasionados ao longo do processo, contribuindo para sua implementação.
- 3- Educação ambiental e patrimonial** – visa promover mudanças de atitude em relação ao meio ambiente, ao patrimônio e à vida saudável, fortalecendo a percepção crítica da população sobre os aspectos que influenciam sua qualidade de vida, além de refletir sobre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que determinam sua realidade, tornando possível alcançar a sustentabilidade ambiental e social da intervenção.
- 4- Desenvolvimento socioeconômico** – objetiva a articulação de políticas públicas, o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, visando à inclusão produtiva, econômica e social, de forma a promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população, fomentando condições para um processo de desenvolvimento socioterritorial de médio e longo prazo.

O Projeto de Trabalho Social, cuja obrigatoriedade era exigida para a exceção das intervenções da empresa, findou-se no início de 2022. Porém, com a consolidação das ações do setor, além da mudança de mentalidade da empresa dentro da perspectiva de política pública de saneamento universalizado, as ações ganharam espaço na lógica de trabalho interno e transcenderam a mera resposta a obrigatoriedades legais, passando tanto a ganhar proporção maior que o exigido pelas normativas quanto a ser implantadas em empreendimentos onde não havia exigência prévia.

Neste contexto foi desenvolvido o Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDS) com objetivo de dar continuidade às atividades executadas na região da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. As ações do PDS buscam o protagonismo da população residente nas regiões de intervenções de médio/longo prazo executadas pela empresa, em que, atualmente, seu principal território de obras é o município de Nova Iguaçu, especificamente a Unidade Regional de Governo Km32. O Programa é um conjunto de estratégias e ações que visam fomentar a participação social em diversos temas, como na gestão dos impactos decorrentes das intervenções físicas da obra, bem como trabalhar conceitos de preservação ambiental, saúde, saneamento e sustentabilidade junto aos moradores.

O principal objetivo é promover a autonomia, o protagonismo, o controle social e o fortalecimento das comunidades, bem como, a discussão qualificada das questões socioambientais acerca do saneamento e a relação homem-ambiente, através de ações de educação ambiental, auxílio na recomposição de vegetação das áreas degradadas, além de apoiar a sociedade civil e órgãos públicos em atividades de educação ambiental e turismo ecológico.

As atividades do Trabalho Social no PDS são desenvolvidas, principalmente, por meio da articulação com órgãos da esfera pública (municipal, estadual e federal), e parcerias com a sociedade civil: instituições religiosas, organizações não governamentais, entre outras. As ações possuem caráter socioeducativo e de desenvolvimento socioterritorial, além dos objetivos de fortalecimento e participação social.

As ações desenvolvidas são, de acordo com os eixos:

Eixo 1 - Comunicação Social:

Mobilização de Moradores - ações estratégicas de gestão dos impactos e mobilização dos moradores das áreas de intervenção utilizando instrumentos, técnicas e procedimentos específicos, a fim de atingir o maior número de pessoas em suas ações.

Reunião de Moradores - moradores constituem importante mecanismo de discussão coletiva dos impactos do empreendimento e do processo de participação da população no mesmo.

Plantão Social - espaço criado para acolher as demandas apresentadas pelos moradores da área de intervenção, visando o encaminhamento das demandas e reclamações aos setores responsáveis, materializando uma estratégia de gestão social dos impactos e mediação de conflitos, em caráter de ouvidoria.

Atendimento de Demandas Espontâneas - O Trabalho Social disponibiliza meios de comunicação, como e-mails, telefone e aplicativos de mensagens, a fim de facilitar o acesso do morador à equipe a qualquer momento, de modo a desenvolver uma aproximação efetiva da população impactada pela obra e agilizar a resposta da empresa a quaisquer situações emergenciais que possam ocorrer, em virtude da obra ou não.

Visita Domiciliar - realizada mediante solicitação prévia da equipe de Engenharia, em casos de necessidade de vistorias, ou como forma de gestão de impactos decorrentes da obra, podendo ser ou não agendada.

Articulação com instituições e lideranças comunitárias - visa promover conexões interinstitucionais, formar parcerias para a atuação do Trabalho Social, além de facilitar a entrada e permanência das equipes de obra nos territórios, identificando as lideranças locais e instituições de referência da área de abrangência dos empreendimentos.

Eixo 2 – Sustentabilidade:

Ações Socioambientais – atividades informativas, lúdicas e/ou culturais direcionadas a diversas faixas etárias que estimulem a adesão de práticas de preservação socioambiental e patrimonial.

Compensação Ambiental - busca demonstrar, através de prática de recomposição de áreas degradadas de Mata Atlântica, a importância do cuidado com os rios e os impactos que o desmatamento acarreta tanto para os rios, para a biodiversidade, quanto para o abastecimento de água.

Eixo 3 - Desenvolvimento Territorial:

Banco de Currículos para empregabilidade – O Trabalho Social incentiva a empregabilidade no entorno dos empreendimentos, estimulando a contratação de mão de obra local durante as diversas fases das obras.

Educação no Canteiro – promoção de aulas, em articulação com o programa de ensino de jovens e adultos (EJA), para mão de obra local contratada pelos diversos empreendimentos, a fim de proporcionar elevação dos níveis de escolaridade, conseqüentemente, maior qualificação para reinserção no mercado de trabalho após a conclusão da obra.

Minicursos – têm como objetivo suprir demandas por profissionalização imediata da população residente do território de abrangência do PDS, através de cursos de curta ou média duração.

Lugar de Mulher – eventos direcionados para as mulheres das áreas de intervenção do empreendimento, em espaços que previamente possuem algum tipo de grupo, agremiação ou cooperativa voltada para o público feminino.

Hortas nas Escolas – ações de plantio junto aos participantes nas escolas da rede pública de hortaliças e outras espécies nos canteiros das instituições de ensino e/ou outras; palestras relacionadas à alimentação saudável; oficinas entre outras ações.



Oficinas de Aproveitamento Alimentar – divididas em dois temas: “Plantas Alimentícias não Convencionais” (PANC’s) e Aproveitamento Integral dos Alimentos.

Elaboração de Materiais Socioeducativos – produção de diversos materiais socioeducativos sobre a temática socioambiental, empreendedorismo, profissionalizantes, entre outros que a equipe considera pertinente, a fim de promover a sensibilização e contribuir com o processo de informação e instrumentalização da população impactada pelas ações da empresa.

Ações Sociais – O Trabalho Social proporciona atividades de Educação Ambiental e, se conveniente, um espaço de acolhimento de demandas das intervenções da empresa. A atividade é realizada em parceria órgãos e instituições públicas, além de empresas privadas, organizações não governamentais e atores sociais que se envolvam neste processo.

No ano de 2022 as ações do PDS foram expandidas e alinhadas com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma vez que a empresa aderiu ao Pacto Global, onde se comprometeu a enviar anualmente uma Comunicação do Progresso (COP). No mesmo ano, o PDS recebeu a certificação na categoria “Ação Socioambiental Responsável - Selo Verde”, do Instituto Chico Mendes, que adota o sistema avaliativo conforme anexo VII da Lei Federal nº 10.165/2000 e no regulamento do PROCERT, atingindo a pontuação máxima de 100% na avaliação do programa.

O “Selo Verde” é uma certificação socioambiental, reconhecida pelo IDEC, concedida a instituições públicas e privadas que buscam a sustentabilidade em seus negócios.

As ações do PDS contribuem diretamente com o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) de número 6 “Água Potável e Saneamento” e indiretamente para o alcance dos ODS 3 “Saúde e Bem-Estar”, ODS 4 “Educação de Qualidade”, ODS 5 “Igualdade de Gênero” e ODS 8 “Trabalho Decente e Crescimento Econômico”.

Além de contribuir para os objetivos do desenvolvimento sustentável, pode-se considerar que, através das ações de conscientização ambiental, o PDS também fomenta os objetivos fundamentais da Educação Ambiental, consoante com o art.5º da Lei Federal nº 9.795/1999, incisos I, II, III e IV, como podemos observar, são objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - O desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - A garantia de democratização das informações ambientais;

III - O estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - O incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania. (BRASIL:1999)

Diante das ações do Trabalho Social no PDS, a equipe considera, de forma crítica, que as atividades podem contribuir para a construção de um legado positivo aos moradores das áreas de intervenção, contudo não podem ser consideradas como substitutas de políticas e serviços públicos, pois as atividades são condicionadas ao tempo de execução das obras realizadas pela empresa no território, com isso, a equipe prioriza a participação das instituições e atores-chave, a fim de fomentar a participação e autonomia dos moradores. Ademais verifica-se a contínua necessidade da execução das políticas públicas na região da Baixada

Fluminense, região de grande contraste socioeconômico, onde residem cerca de 22,57% da população fluminense⁴.

MATERIAIS E MÉTODOS

Exposição e sistematização das ações desenvolvidas pela equipe do Trabalho Social no Programa de Desenvolvimento Sustentável na área do Saneamento Básico. Serão priorizadas linguagem verbal e escrita, a fim de facilitar a compreensão do conteúdo, no intuito de visibilizar a relevância das ações do programa para a contribuição no alcance de metas dos ODS articuladas à empresa executora.

RESULTADOS OBTIDOS OU ESPERADOS

Com a apresentação desse trabalho, espera-se contribuir com o processo de sistematização da prática de ações efetivas no campo do trabalho socioambiental no setor de Saneamento, bem como contribuir para o fortalecimento do trabalho desenvolvido, dando visibilidade às ações voltadas a atender aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, além de contribuir com a divulgação nas ações que priorizam o protagonismo da população da Baixada Fluminense - RJ.

Os resultados específicos esperados da atuação são:

- Incentivar à geração de renda local;
- Geração de empregos diretos e indiretos;
- Proporcionar a visibilidade dos pontos positivos da comunidade;
- Incentivar a capacitação e ao protagonismo popular nas questões relacionadas ao meio ambiente, proporcionando visão crítica e qualificada, a fim de minimizar os problemas ambientais já existentes na comunidade;
- Incentivar a melhoria da qualidade de vida, o bem-estar e a saúde dos moradores da comunidade;

Buscar a transparência nas ações da companhia na localidade, buscando efetivar a comunicação clara e objetiva dos serviços de saneamento.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

As ações apresentadas neste trabalho buscam, principalmente, fomentar a participação comunitária da comunidade onde o PDS atua. Em vista disso, no período de execução do programa, foram estabelecidas parcerias para o desenvolvimento de uma série de atividades, efetivadas pelo Trabalho Social na área de abrangência do PDS desde sua implementação, com contribuição direta e indireta de diversos parceiros para sua efetiva execução.

Ao longo dos últimos meses cerca de 60 parceiros vêm solidificando junto à equipe a importância do pensamento de práticas sustentáveis e das atividades sociais no âmbito do saneamento, por estar diretamente relacionada ao campo das políticas públicas de Saneamento, Saúde e de Meio Ambiente e, indiretamente, a outras esferas das políticas públicas de Educação, Assistência Social, dentre outras. As parcerias envolvem o poder público (diversas secretarias de Governo), organizações não governamentais, instituições religiosas, escolas etc. Neste contexto, a lógica transversal das ações do Trabalho Social no setor de saneamento ambiental, visa conferir um papel aglutinador à atuação em campo, convergindo para a discussão qualificada do saneamento ambiental e alcance da população da Baixada Fluminense, a política pública de saneamento

⁴ Disponível em: <http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/desigualdade-na-baixada-fluminense>. Acesso em: 28 de mar. de 2023.

básico, e indiretamente as outras políticas públicas, essenciais para o efetivo exercício da cidadania e protagonismo da população da Baixada Fluminense.

Como um dos resultados mais expressivos do PDS é a geração de empregos de forma direta e indireta, com a criação de banco de currículos, há estímulo à movimentação da atividade socioeconômica da região. O PDS tem proporcionado, também, geração de renda com ações voltadas para a adequação à legislação vigente de cooperativas de associações de trabalhadores dos ramos pesqueiro, artesanal e agrícola.

O impacto do PDS ainda é visto diretamente no fortalecimento da relação entre a empresa e as lideranças comunitárias com ações socioambientais que buscam atenuar problemas crônicos como o descarte inadequado de resíduos, conflitos intra-locais, uso de água, recuperação de matas ciliares, entre outras temáticas socioambientais.

Em virtude disso, a equipe considera que a aproximação com a comunidade é imprescindível na perspectiva de trabalhar de forma a contribuir positivamente do contexto social, seja através da educação ambiental ou através da geração de emprego e renda. Somado a isso, percebe-se que o Programa tem fortalecido a cultura organizacional - *ESG*⁵, proporcionando um acultramento dos funcionários em relação à temática, o que reforça a importância das ações sociais nas atividades de implementação da política pública de saneamento.

Devido a diversos fatores positivos, acredita-se que a ação é passível de replicabilidade, o que inclusive já ocorreu, sendo aplicado anteriormente em outros locais, embora as ações possam sofrer alguma alteração devido a especificidades de cada região. Alguns fatores positivos que favorecem a replicabilidade da ação são:

- Fortalecimento da participação popular na política pública de saneamento;
- Aceitação cultural dos empreendimentos;
- Capacidade de diversificação das ações;
- Evidência das diretrizes dos direitos humanos nas ações;
- Redução das falhas de comunicação das ações executadas nas localidades pela empresa, permitindo melhoria dos canais de comunicação, evidenciando a participação popular.

Com relação aos resultados da ação, destaca-se que esses englobam:

- Aumento da sinergia entre a comunidade local e a empresa pública de saneamento;
- Geração de renda;
- Geração de emprego direto e indireto;
- Externalidades positivas na localidade que o Trabalho Social é executado;
- Capacitação de moradores locais em respeito ao meio ambiente;
- Melhoria da qualidade de vida, bem-estar e saúde;
- O público-alvo foi beneficiado com a comunicação clara e objetiva dos serviços de saneamento.

Cabe destacar que as ações possuem uma significativa abrangência, uma vez que, desde março/2022 até dezembro/2022, foram realizadas cerca de 300 atividades diversas com, aproximadamente, 6.100 pessoas

⁵ Segundo a ONU, ESG é uma sigla em inglês que significa *environmental, social and governance*, e corresponde às práticas ambientais, sociais e de governança de uma organização, cujos princípios estão pautados nos eixos: direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. (Disponível em <https://www.pactoglobal.org.br/pg/esg>)

atendidas, o que demonstra eficiência na execução das atividades do PDS que buscam auxiliar a promoção da inclusão social, saúde e redução de doenças de veiculação hídrica através do aumento de distribuição de água potável para a população e ações socioeducativas junto à população atendida.

Abaixo segue detalhamento quantitativo das ações desenvolvidas pelo Trabalho Social no território durante 2022:

SÍNTESE DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PDS)/ 2022		
Atividade	Nº de ações	Nº de participantes /atendimentos
Eixo 1 - COMUNICAÇÃO SOCIAL		
Articulação de Parcerias	75	Não se aplica
Comunicação Interna	36	Não se aplica
Plantão Social	15	327
Mobilização de Moradores	58	849
Visita Domiciliar	92	92
Eixo 2 - SUSTENTABILIDADE		
Ações Socioambientais	04	1450
Compensação Ambiental	01	250
Eixo 3 - DESENVOLVIMENTO SOCIOTERRITORIAL		
Horta nas escolas	12	78
Visita ao Sistema de Abastecimento	05	167
Cine Ambiental	01	10
CEDAE nas Instituições	05	492
Aproveitamento Alimentar	09	228
Educação no Canteiro	19	632
OUTROS ATENDIMENTOS		
Atendimentos aos trabalhadores do canteiro de obras	04	192
Atendimentos via Telefone/WhatsApp e Email	--	766
Atendimentos espontâneos	--	564
TOTAL NAS AÇÕES	317	6.097

Total de ruas mobilizadas	278
Total de informativos disponibilizados	7280
Total de cartazes e faixas fixadas	90

CONCLUSÕES

Como foi exposto, o trabalho acadêmico a ser apresentado no 32º Congresso da ABES: “**Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no saneamento, a experiência do Trabalho Social na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro: êxitos e desafios**” é uma proposta de sistematização do trabalho que está sendo executado pela equipe de Trabalho Social da área de Saneamento Básico na área da Baixada Fluminense – RJ. O principal objetivo é o fortalecimento das ações junto aos moradores impactados pelo Programa, além de socializar as informações e promover o debate no meio profissional acerca do meio ambiente e saneamento.

Vale destacar que as ações do PDS são de grande importância e notoriedade para a população impactada pelas intervenções que a empresa realiza no território, além da abrangência que o Programa atinge, sendo cerca de **750 pessoas por mês**, com atividades socioeducativas de meio ambiente, gestão de impactos, desenvolvimento socioterritorial, além de educação de jovens e adultos, entre outras.

Com isso, o Trabalho Social espera continuar construindo e desenvolvendo ações junto à população da Baixada Fluminense - RJ, considerando a necessidade de discussão dos temas abordados pelo Programa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1- ALONSO, M. O. C. **Serviço social e Saneamento Uma análise do componente “Trabalho Social” nos empreendimentos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do PAC no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
 - 2- ACSELRAD, H. ; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
 - 3- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Congresso Nacional. Brasília, 1988.
 - _____. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. **Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000**, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Congresso Nacional. Brasília, 2020.
 - 4- DONAIRE, S. A.; RODRIGUES, N. J. O. **Relação sociedade-natureza e degradação ambiental no modo de produção capitalista: um esforço de síntese**. Geoambiente online, Goiânia, n. 39, 2021. Doi: 10.5216/revgeoamb.i39.65414. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/geoambiente/article/view/65414>. Acesso em 02/09/2022.
 - 5- MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Caderno de Orientação Técnico Social (COTS)**. Ministério das Cidades, Brasília, 2013.
 - 6- _____. **Portaria 21** . Ministério das Cidades, Brasília, 2014.
- REZENDE, C. S.; HELLER, L. **O Saneamento no Brasil: políticas e interfaces**, 2. ed. Minas Gerais: Editora UFMG, 2008.